

A poesia esquecida de Beatriz Brandão (1779-1868)

CLÁUDIA GOMES PEREIRA
UNIARA



Resumo: Beatriz Francisca de Assis Brandão foi uma importante poeta e educadora brasileira que permanece esquecida e pouco estudada. A autora escreveu cerca de quinhentas páginas de poesia que são, ainda hoje, desconhecidas. Além de sua importante contribuição para as Letras Brasileiras, a poeta viveu entre os séculos XVIII e XIX, tendo participado intensamente da vida social, cultural e política de Ouro Preto e do Brasil neste período, o que faz de sua biografia um extraordinário material para a história da formação da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Beatriz Francisca de Assis Brandão; Poesia; Ouro Preto; Biografia

Abstract: Beatriz Francisca de Assis Brandão was an important Brazilian poet and educator that remains forgotten and little studied. The author wrote about five hundred pages of poetry, which still unknown. Beyond her important contribution to the Brazilian Literature, the poet had lived between the 18th and 19th centuries, and has participated of the social cultural and political life of Ouro Preto and, also, of Brazil. That is why her biography is a remarkable material to history of Brazilian society.

Keywords: Beatriz Francisca de Assis Brandão; Poetry; Ouro Preto; Biography

D. Beatriz, como assinava alguns poemas, chamava-se Beatriz Francisca de Assis Brandão. Filha de aristocrática família estabelecida em Vila Rica, terra da Inconfidência Mineira, foi poetisa, educadora, musicista, tradutora de poesias italianas e francesas. Nasceu na freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, Minas Gerais, e os dados que dizem respeito à sua biografia, até hoje, não foram coletados de forma precisa, o que gera inúmeras dúvidas, a começar por sua data de nascimento, que alguns escritores registram como 29 de julho de 1779. Como não existia, na época de seu nascimento, certidão que o atestasse, o que se pode afirmar é que, em 12 de agosto de 1779, a poetisa foi batizada na igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, sob as bênçãos dos imponentes padrinhos Dom Antonio de Noronha, sétimo governador de Minas, e sua tia, dona Catharina Leonor da Silva Soteria, filha do general Bernardo da Silva Ferrão, avô de Beatriz.

De acordo com o estudo genealógico de Arthur Rezende (REZENDE e SILVA, 1938, p. 23), a família Brandão tem origem na Normandia, de onde partiu para Portugal com o Conde D. Henrique e dois irmãos de nome Carlos e Fernão Brandão, onde passaram a viver em um conjunto de casas denominadas, mais tarde, Paço dos Brandões. Como Carlos não deixasse descendentes, os que hoje se chamam Brandão, provavelmente, descendem

de Fernão. Acompanhando o grande afluxo de portugueses para o Brasil colonial, os Brandão aqui se estabeleceram, em diferentes regiões, sobretudo em Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Última dos seis filhos do Oficial de Dragões Francisco Sanches Brandão e de Izabel Feliciano Narcisa de Seixas – irmã de Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, mãe da homônima noiva do inconfidente Tomás Antônio Gonzaga –, Beatriz descende também do Coronel Garcia D'Ávila, antigo fidalgo proprietário da Casa da Torre, na Bahia – cujas ruínas tornaram-se ponto turístico hoje conhecido como o Castelo de Garcia D'Ávila – e tinha como irmãos D. Anna de Sanches Brandão de Seixas da Silva e Ávila, nascida em 1764 e casada com o General José da Silva Brandão; Francisco Teobaldo Sanches Brandão (coronel de cavalaria de linha); D. Antonia, nascida em 1768; D. Joana Micaela Bárbara de Seixas, nascida em 1769 e casada com o General Manoel Inácio Mesquita Pimentel, e Maria Eufrásia de Seixas.¹

¹ Fato curioso é que em *Genealogia Mineira*, de Arthur Rezende, e *Marília de Dirceu*, de Thomaz Brandão, D. Maria Thereza de Seixas Brandão é citada como irmã de Beatriz; no entanto, em inventário de Francisco Sanches Brandão, pai da poetisa, ele deixa grande soma para a neta, Maria Thereza. A confusão pode ser desfeita observando-se a página 38 do mesmo inventário, que lista como filha de Francisco e, portanto, irmã de Beatriz, Maria Eufrásia.

Os Brandão, especificamente em Vila Rica, tornaram-se conhecidos por suas estreitas relações com a casa imperial, um dos motivos apontados pelo historiador mineiro Augusto de Lima Júnior para que o alferes Vicente Batista Rodrigues de Alvarenga desejasse contrair matrimônio com a poetisa. É o próprio Lima Júnior quem assim ilustra o suposto oportunismo de Vicente:

Escrevendo poemas patrióticos e líricos, Beatriz Francisca era a figura intelectual de mais prestígio em Vila Rica. Seu marido, figura muito apagada de ‘marido da professora’, só aparece nas folhas de pagamento do regimento. Mais nada. Casou bem para gozar a vida e sendo Alferes, já dera um pulo para Capitão o que seria o resto da vida, por notória incapacidade para o ofício. (LIMA JR., 1961, p. 71)

Em *Mulheres ilustres do Brasil*, Inês Sabino (SABINO, 1996, p. 108) afirma que Beatriz, por ser muito jovem, não queria se casar, mas foi obrigada a fazê-lo, desposando um fidalgo amante da lavoura, dos cães e dos cavalos e, dadas as diferenças entre ambos, a união “como era de prever, foi desgraçada”.

Na verdade, em 20 de maio de 1813, às oito horas da manhã, na igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, a poetisa, contando, provavelmente, trinta e três anos de idade, casou-se mesmo com o Alferes Vicente Batista Rodrigues Alvarenga, seis anos mais novo que ela. Considerando a idade dos dois, o enlace matrimonial ocorrido apenas quatro meses após a morte da mãe da escritora e as intermináveis brigas entre a família de Beatriz e Vicente – originadas, principalmente, da insistência com que este lutava, judicialmente, para obter os bens deixados pelos sogros – é coerente pensar, ao contrário do que Inês Sabino afirma, que, além de Beatriz não ter sido obrigada a desposar Vicente, tal casamento não fosse do agrado de seus familiares.

Ainda assim, Beatriz casou-se com pompa e circunstância, e mesmo após o enlace, não cedeu aos apelos da sociedade devotando-se exclusivamente ao papel de esposa. Mais uma vez, ela contrariou os caminhos previsíveis: não teve filhos, continuou a ler e a escrever poemas, a atuar como regente do coral de moças da Matriz do Pilar e até mesmo fundou uma escola.

O jornal *O Universal*, em 08 de janeiro de 1829, anuncia a intenção da poetisa de abrir um colégio para meninas (externato e internato), no qual as ensinaria a ler, escrever, contar, falar e escrever as línguas italiana e francesa, além de música, tocar piano, dança, desenho, bordado de bastidor, confecção de flores, doces e massas. No ano seguinte, quando do aumento do número de escolas públicas em Ouro Preto, pelo Conselho Provincial, foi designada, por esse mesmo órgão, em 02 de abril de 1830, para ocupar o cargo “de examinadora de candidatas às escolas de primeiras letras, por não existir nesta

cidade de Ouro Preto, outra pessoa com a sua competência” (LIMA JR., 1961, p. 68).

Nomeada, junto a Jacinta Carlota de Oliveira Meireles e Policena Tertuliana de Oliveira como uma das três primeiras mestras mineiras a defrontar-se com um exame público para o cargo docente, depois de sancionada a Lei de 15 de outubro de 1827, Beatriz, através da Secretaria do Governo Provincial, passou, em 20 de abril de 1830, a exercer o cargo na Imperial Cidade de Ouro Preto. Em 07 de julho de 1830, *O Universal* publica o seguinte relatório do fiscal de Câmara:

A 4 de maio abriu-se nesta cidade a Escola Pública de meninas que está confiada à direção da Professora D. Beatriz Francisca de Assis Brandão, cuja capacidade e distinto merecimento fazem esperar que o belo sexo aproveitará sobremaneira as suas lições e doutrina. Ela conta já com 14 alunas. (*O Universal*, 07 jul. 1830)

Ainda no mesmo jornal, em 05 de maio de 1837, a escritora anuncia o exame público de suas alunas e, em 01 de junho de 1838, comunica à sociedade que se tornara professora de instrução primária.

Embora a instrução pública no Brasil do final do século XIX ainda estivesse dando os seus primeiros passos, desde 1854 algumas leis a favor da educação foram elaboradas, o que não conseguia impedir que, na prática, a imensa maioria da população permanecesse analfabeta.

Na Ouro Preto de 1830, ano da fundação da escola de D. Beatriz, havia apenas uma escola mista, que comportava 81 meninos e 11 meninas, e uma escola de meninas, com 15 alunas, na Paróquia do Pilar. Já na freguesia de Antônio Dias, situada no lado esquerdo da Praça Tiradentes, havia três escolas de meninos, uma com trinta e seis, uma com cinquenta e dois e a outra com quatorze alunos, às quais se juntaria a escola de D. Beatriz, primeira na região dedicada ao ensino do belo sexo.

Francisco Sanches Brandão, pai de Beatriz, morreu em 29 de julho de 1811, e, logo após o casamento de Beatriz e Vicente, já se percebe, no documento de inventário de Francisco, o início da briga pelos bens herdados por Beatriz e pelos irmãos. Pouco a pouco, o amor decantado nos poemas da escritora cede lugar a outros sentimentos, pois Vicente passa a demonstrar interesse desmedido pelo patrimônio deixado pelo sogro.

Em 16 de agosto de 1832, como “cabeça de casal” e responsável por sua esposa, entra na justiça com uma execução contra a cunhada, Ana Sanches, acusando-a de estar prejudicando Beatriz na recepção dos bens que ela havia herdado. Na página setenta do inventário de Francisco Sanches Brandão, lê-se parecer sobre um documento que, talvez, – além do adultério que já parecia confirmado no seio da sociedade – tenha sido o motivo

principal de Beatriz pedir o divórcio, pois denuncia a ganância e a desonestidade do seu marido. Trata-se de uma execução promovida pelo Capitão Vicente Baptista Rodrigues de Alvarenga, por cabeça de sua mulher, D. Beatriz, contra D. Anna Sanches, irmã mais velha da escritora. Embora o documento propriamente dito não tenha sido encontrado, lê-se, no inventário supracitado, que o escrivão Francisco Peixoto de Sá, ao apreciar a execução impetrada por Vicente, estranhou que, sendo ele representante da mulher, não tenha juntado permissão escrita dela para representá-lo. Assim, escreve que:

Tem corrido incidentes de oposição posta pela Dona herdeira Dona Anna e sendo a expedição de sumo agravo interpondo pela suplicação. Não há na mesma execução procuração da supra citada D. Beatriz talvez por viver fora da companhia de seu marido em razão de seu emprego ou porque ignore que tal execução se faça. (Cód. 142, 1786, p. 70)

O documento acima traz importantes informações: primeiro, confirma que Beatriz já não vivia em companhia do marido, embora dissimule quanto às razões de tal separação, esclarecidas, porém, mais adiante, já que três meses após a aparição de tal documento, Beatriz oficializará seu pedido de divórcio. Segundo, sugere certa dúvida quanto à credibilidade de Vicente para representar a esposa, posto que não constasse assinatura dela a fim de provar que ela desejasse, mesmo, brigar na justiça com a própria irmã.

As dúvidas acima, entretanto, são esclarecidas na mesma página do inventário citado, em trecho intitulado “Forma de Protesto” assinado por Beatriz em 29 de agosto de 1832, ou seja, treze dias depois, e na qual a escritora prova, oficialmente, estar ao lado da irmã, mostrando que Vicente, realmente, não representava seus interesses, como se vê abaixo.

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de mil oitocentos e trinta e dois anos, nesta Imperial Cidade de Ouro Preto, em casa de morada do Capitão Mor Antônio Eulálio da Silva Brandão, fui vindo e sendo presente Dona Beatriz Francisca de Assis Brandão por ela me foi dito que pelo presente termo e melhor via de Direito protestava tomar sobre si qualquer quantia de previsão ou pagamento a que seja obrigada sua mana Dona Anna Sanches da silva Brandão por formal de Partilha dos bens de seus falecidos pais, ficando desde já dispensada então do dito formal e o seu progresso tudo na forma de sua petição e pelas razões nele expressadas e que lá provem comprovado o requerimento como parte inicial do presente termo e de como assim o disse. Abaixo assina perante mim, Francisco Peixoto de Sá, Escrivão das Execuções civis que o Escrevi. (Cód. 142, 1786, p. 70)

Como já se afirmou anteriormente, curioso que, meses após assinar o documento acima, mais precisamente no

dia cinco de novembro de 1832, Beatriz Brandão tenha sido oficialmente depositada² em poder do Capitão Mor Antônio Eulálio Brandão, seu tio – com quem ela já estava morando, como se viu. Certamente, a poetisa tomara essa medida porque tinha conhecimento dos trâmites legais necessários à decisão corajosa que já havia decidido tomar, e que levou a termo em seguida: em 10 de novembro do mesmo ano ofereceu o libelo de divórcio contra seu marido, dizendo-se vítima de sevícias por ele praticadas.

O trecho do documento mencionado, que abaixo segue, dá bem a ideia da independência de Beatriz na administração da própria vida, profunda conhecedora que era dos direitos que lhe cabiam:

segundo o assento 3º de 5 de dezembro de 1770, ninguém é obrigado a viver em comum, ela reconhecendo este direito voluntariamente separou-se da companhia do mesmo marido, e para usar do que é seu sem prejuízo do mesmo, cuja vida não merece o benefício das leis. (Cód. 142, 1786, p. 79)

É preciso, entretanto, atentar para o significado da palavra “sevícia” neste contexto, pois, em pedido de embargo feito por Beatriz, as sevícias às quais se refere parecem sinônimo de difamação e adultério, como se pode observar no trecho do documento citado em que a poetisa pede “(...) que nenhuma Lei favoreça a dilapidação feita pelo marido, quanto aos bens da herança da mulher, e menos as Sevícias que ele pratica com sua mulher adulterando, e fazendo insultos e injúrias.” (Cód. 142, 1786, p. 69)

Ainda que a poesia aqui seja apenas ilustrativa, vale destacar a reincidência do tema traição em boa parte dos poemas em que Beatriz fala de amor, e ainda, o fato de ela sempre adotar o mesmo pseudônimo, Tirse, para o amado, como na lira que segue:

Por que meu peito
Assim maltratas,
por que me matas,
Tirano amor?
Se do meu nome
Cruel me privas,
Para que avivas
Meu terno ardor?
Se em outros braços
Vive enlaçado,
E deslembrado,
Do meu amor,
A chama extingue
Que me devora,
Vai-te em má hora,
Nume traidor.

² O depósito da mulher em poder de alguém significava que esse alguém seria, dali em diante, responsável por ela, até que o processo de divórcio terminasse.

Mas, céus! Que digo?
 Tirse perjuro!
 Funesto auguro,
 Mortal temor!
 Deixa meu peito,
 Que a dor desola,
 Tu me consolás
 Ó meigo amor!

(...)

Tirse adorado
 Torna a meu peito,
 Por ti desfeito
 De acerba dor
 Sei que és constante
 A meu desejo;
 Mas não te vejo,
 Meu doce amor.

(BRANDÃO, 1856, p. 41)

A aura de desconfiança e “funesto auguro”, como se lê na poesia acima, que parece ter sempre rondado o relacionamento de Beatriz e Vicente, confirma-se em 19 de janeiro de 1839 quando, após vinte e seis anos de casamento – dos quais sete a poetisa viveu sob a tutela de seu tio Antônio Eulálio – o Reverendo Vigário José da Cunha Melo concedeu o divórcio à escritora. Na sentença, deferida pelo Vigário José da Cunha Mello e copiada e assinada pelo Padre Joaquim Pereira de Magalhães, escrivão do Foro eclesiástico, em dez de novembro de 1832, lê-se o seguinte:

Joaquim Pereira de Magalhães, presbítero Secular, Escrivão do Foro Eclesiástico nesta Imperial Cidade do Ouro Preto, e seu termo por mercê do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Frei José da Santíssima Trindade, Bispo deste Bispado de Mariana.

Certifico que em meu poder e cartório se acham uns Autos de sevícias entre partes Dona Beatriz Francisca de Assis Brandão, Autora, e Réu seu marido o Capitão Vicente Baptista Rodrigues, que são os próprios mencionados na Petição retro, e revendo-os neles a folhas nove ver. 10, e folhas dez se acha a sentença do teor seguinte: *Julgo justificadas as sevícias à vista dos juramentos das testemunhas. Pelo que, atendendo à matéria da Petição da suplicante, mando se proceda ao depósito requerido, e quanto ao de sua precisão em poder do Capitão Mor Antônio Eulálio e se passe o mandado do estilo e a prestação para o libelo feito ao marido da Suplicante, observada a forma da Lei, pagar as custas.* Imperial cidade do Ouro Preto três de novembro de mil oitocentos e trinta e dois. José da Cunha Mello. E assim mais dos mesmos autos conta a folhas onze meio ser a suplicante depositada no dia cinco do mês de novembro do corrente ano de mil oitocentos e trinta e dois, e, no dia dez do mesmo mês e ano ofereceu o libelo para o Divórcio, e o último artigo do dito libelo é do teor seguinte: *Provara que*

nestes termos conforme os de Direito, se há de julgar procedente a Ação intentada ao Réu, condenado a Divórcio e a uma separação perpétua com divisão de bens por inventário, pagas as custas e a causa, feitas as necessárias pronúncias. (Cód. 142, 1786, p. 83-84)

Após o divórcio, Beatriz, então aos sessenta anos de idade, deixou Ouro Preto e partiu para o Rio de Janeiro. A decisão de abandonar a família e a terra natal em idade tão avançada, e partir rumo a uma nova vida na Corte não deve ter sido fácil para Beatriz, cuja significativa atuação intelectual, política e social, era, então, enfim reconhecida pela sociedade ouro-pretana. Augusto de Lima Jr. Destaca a militância política da poetisa, comparando-a ao irmão, Teobaldo, influente militar que exigia, com sua tropa de cavalaria, que D. Manuel de Portugal e Castro cumprisse as ordens de D. João VI, enquanto Beatriz:

organizava as moças, compondo cantos patrióticos, animando os tíbios e comodistas, peso morto dos povos e nações, de que havia tantos exemplares naqueles como nos atuais... Mas os devotos do status-quo, eram tirados de casa e levados para a praça, pelas moças de Vila Rica...

Naquelas multidões agora viam-se os filhos das famílias mais ilustres de Vila Rica. Entre eles, agitando-os, estava Beatriz Francisca de Assis Brandão, já consagrada como figura de primeira grandeza na inteligência e na ação. Quando Dom Pedro, então Príncipe Regente, depois do Fico, veio a Minas dismantelar a Junta Republicana do Dr. Cassiano Esperidião de Melo Matos, que fez do Tenente-Coronel José Maria Pinto Peixoto Brigadeiro graduado e Comandante das Armas, contra a vontade dos Oficiais do Regimento da Cavalaria de Linha, os irmãos de Beatriz e seus primos e amigos, prepararam a derrota de tais pretensões e Dom Pedro acabou levando o Brigadeiro para o Rio e dissolvendo a Junta Republicana. Dom Pedro entrou em Vila Rica escoltado pela Cavalaria comandada pelo Sargento-mor Francisco Teobaldo Sanches Brandão, irmão de Beatriz.

Beatriz organizou uma recepção estrondosa ao Príncipe Dom Pedro, e nessa ocasião compôs o Hino do Fico e organizou o coro das moças, que receberam o Príncipe Dom Pedro, em Vila Rica, cantando:

‘Já podeis da Pátria, ó filhos,
 Ver contente a mãe querida!
 Já raiou a liberdade
 No horizonte do Brasil’.

(LIMA JR., 1961, p. 71)

A “recepção estrondosa”, organizada por Beatriz em homenagem a Dom Pedro I, foi marcada pela apresentação de um hino de autoria da escritora e foi assim descrita pelo jornal *Abelha do Itacolomi* (1825, p. 39):

após a participação do imperador nas festividades da Praça Tiradentes, igreja do Pilar e do Palácio dos Governadores, a artilharia anunciou, com 101 tiros, a abertura do Teatro Municipal de Vila Rica para as comemorações finais, local ocupado, então, pelas principais pessoas de Vila Rica e Mariana. Iniciou-se a solenidade final com o descendimento dos retratos do S.S.M.M.I.I. e, logo após, repetiu-se um Elogio composto por uma Senhora Mineira depois do qual o Exmo. Presidente deu os vivas, que foram correspondidos com entusiasmo; e de um dos camarotes entoou a mesma Senhora Mineira³ o novo Hino de sua composição.

Outro curioso texto acerca de tal cerimônia, apesar de seu evidente aspecto fantasioso é o que segue. Escrito no século XX por autor desconhecido, o dito texto, como sucede com quase todos os escritos do século XX que mencionam Beatriz, relacionam o nome da poetisa ao da prima Maria Dorotéia, mas apesar disso, em breve comparação com a prima famosa, exalta os dons artísticos e a inteligência da escritora, e chega mesmo a insinuar certo encantamento do Imperador por Beatriz, como se vê:

Há entre Maria Dorothea Joaquina de Seixas e Beatriz Francisca de Assis Brandão doze anos de diferença. Aquela, sendo a causa do mais decantado amor, em terras brasileiras; esta, a maior cultura feminina do país, antes da República. Cresceram juntas e amigas, embora com temperamentos contrários. Marília era somente mulher, coração, piedade, amor. A outra, cérebro e entendimento a serviço de sua arte, de sua emoção, de seus foros de dama, das mais requintadas. Ambas ricas e fidalgas, oriundas do bom sangue português, netas do General Bernardo da Silva Ferrão, habilitado em Vila Rica com tesoureiro da Intendência e escrivão da Fazenda. Mas, falemos da mais culta senhora do Brasil de então – Beatriz Francisca, prima de Marília, mais instruída que Bárbara Heliodora. Mas quem foi Beatriz e o que fez na vida do Brasil? Admirável de beleza e cultura, Beatriz casou-se, divorciando-se, vindo a falecer no Rio de Janeiro, depois de ter sido professora pública em Vassouras e colaborado em vários jornais e revistas da época. Mas, e o Brasil? Voltemos para a figura do primeiro Imperador. Foram cheios para D. Pedro aqueles dias em Vila Rica. Mesuras e banquetes, reuniões carreiras tão do agrado

do príncipe. As festas, entretanto, para ele, culminaram na função de honra em que, no teatro, se prestaram ao regente, as homenagens de estilo. Convidada por D. Pedro para tomar assento no camarote que lhe estava reservado, Dona Beatriz, polidamente escusou-se. Precisava reger a orquestra, pois era de sua autoria o libreto que se ia executar. “Mas, na segunda parte?” lhe pergunta o príncipe. “– Na segunda parte vou cantar o solo do hino que para Vossa Alteza, eu escrevi”. E com aquela mesma finura, saia-balão, anquinhas, cabelos empoados ao alto, ei-la que deixa, depois das reverências de praxes, no camarote real, o príncipe. Longo e terno olhar acompanhou aquele vulto esbelto de mulher que, com graça, a passos miúdos, deixou o recinto e, nele, perfume discreto de rosas...

Velhos tempos... um príncipe, uma fidalga e, ao longe, acordes de música. Brasil colônia, depois reino e, mais tarde uma expectativa de libertação. Ele deixou-a partir, aguardando a demonstração de arte que lhe estava reservada. E, musicista notável, o futuro Imperador do Brasil teve, para coroamento de sua impressão sobre a moça mineira, o testemunho ali oferecido, na multidão que o aclamava, saudando a autora de tudo aquilo.

Assim e de maneira insofismável, D. Pedro levou consigo a certeza de que mulher, síntese de cultura, de beleza e de civismo era mesmo Beatriz Francisca de Assis Brandão. E acreditou nela. (*Correio da Manhã*, 1956)

Admirável a criatividade do autor do texto, de quem não há notícia, mas não se pode negar que a comparação entre as duas primas, pelo que se conhece da trajetória delas, deve ser bastante verossímil. O apelo romântico entre o Imperador e Beatriz, entretanto, é pouco provável que tenha existido, pois quando dessa visita, sua esposa o acompanhava, além do que a família Brandão possuía estreitas relações com o Império, tanto que Beatriz foi sustentada, na velhice, por verba determinada “bolsinha do Imperador”, como se verá adiante, além do que deixou seus manuscritos para serem entregues à Imperatriz Teresa Cristina. Apesar de tudo, parte das informações presentes no trecho procede: Beatriz era mesmo prima de Dorotéia e, como ela, neta do aristocrata Ferrão; a apresentação do hino de sua autoria na Casa da Ópera realmente aconteceu; ela se casou e divorciou e, depois disso, foi morar no Rio de Janeiro, fazendo breve parada em Vassouras. A nostalgia fica por conta do suposto interesse amoroso do Imperador, além, é claro, e do improvável diálogo entre os dois.

De personalidade versátil, mas extremamente coerente, a Beatriz escritora, apaixonada, traída e destemida jamais se dissociou da Beatriz educadora, precursora, talvez, de todas as suas outras facetas, pois em 1825 aparece um poema seu no primeiro jornal de Ouro Preto, o *Abelha do Itacolomi*.

Em 1829, outro jornal local, *O Universal*, anunciava que a intenção da poetisa de abrir um colégio para meninas

³ No rodapé do jornal (*Abelha do Itacolomi*) página 39, antecedido por um asterisco, aparece o nome da “Senhora Mineira” antes mencionada: Beatriz Francisca de Assis e Seixas.

Convém ressaltar que alguns escritores confundiram o nome de Beatriz, atribuindo-lhe o sobrenome Seixas, em lugar de “Brandão”. Este “Seixas”, na verdade, é sobrenome materno. Tal confusão pode ser desfeita sem temores, pois em sua certidão de batismo, inscreve-se Beatriz Francisca de Assis Brandão e em sua certidão de casamento, Beatriz Francisca de Assis. Além disso, nos dois documentos manuscritos e assinados por Beatriz – os únicos encontrados ao longo desta pesquisa – aparece, mais uma vez, o nome registrado na certidão de nascimento: Beatriz Francisca de Assis Brandão.

(externato e internato), no qual as ensinaria a contar, ler, falar e escrever as línguas italiana e francesa, além de música, piano, dança, desenho, bordado de bastidor, confecção de flores, doces e massas. Assim, aos dezesseis anos de casada Beatriz alçava seu primeiro grande voo em relação à ascensão intelectual e social. No ano seguinte, em 05 de março, publicou seu primeiro texto no jornal *O Mentor das Brasileiras*, de São João Del Rei, e em 02 de abril, quando o Conselho Provincial decidiu aumentar o número de escolas públicas em Ouro Preto, designou Beatriz para ocupar o cargo de examinadora de candidatas às escolas de primeiras letras, “por não existir nesta cidade de Ouro Preto, outra pessoa com a sua competência” (LIMA JR., 1961, v. 3, p. 68).

Paralelamente à carreira de educadora, Beatriz ia se consolidando como escritora, enviando seus textos para outras cidades. Foi assim que, em 1831, seus poemas cruzaram a Estrada Real em direção ao Rio de Janeiro, onde foram publicados no *Parnaso Brasileiro* do Cônego Januário da Cunha Barbosa, em coletânea da qual participavam, entre vários homens, apenas duas mulheres: ela e Delfina Benigna da Cunha.

A rapidez com que Beatriz se colocou à frente do processo educativo das jovens de Ouro Preto refletia um momento especial na história das mulheres, pois começavam a aparecer em diversos jornais do país textos de autoria feminina, como se houvesse, entre elas, uma orquestração silenciosa motivada por um desejo comum: o de dar às suas semelhantes a oportunidade de, instruindo-se, conquistar autonomia. Mais uma prova disso, é o discurso que Beatriz proferiu na Câmara Municipal de Ouro Preto, quando já em 14 de junho de 1831 apenas um ano e dois meses após a abertura de sua escola, apresentava ao público o resultado de seu trabalho como professora da primeira turma de mulheres de Ouro Preto:

Ilustre e benigno auditório. Tendo a honra de apresentar-vos hoje o resultado dos meus trabalhos, pode ser que ele vos pareça limitado, em consequência das esperanças, que havéis concebido, mas posso assegurar que tenho empregado todo desvelo em aproveitar as felizes disposições das minhas caras Alunas para satisfazer a Lei, e à pública apreciação.

Glorio-me de não ter entre elas, prescindindo da diferença de talento, uma só que não seja dócil e bem inclinada, quase todas tem mais ou menos conhecimento das importantes doutrinas em que as instruo, e o seu amor à Pátria e às sagradas instituições se manifestam nos seus pueris entretenimentos: Tenho-as aplicado à costura, a fazer flores, e outros objetos próprios do nosso sexo, em que não podem aqui ser examinadas, mas o serão se se proporcionarem meios para um tal exame. Devo também lembrar-vos que algumas destas meninas entraram há pouco tempo, e por isso não vos admire que apresentem pouco adiantamento:

a diferença que vai de talento a talento faz também que umas muito mais novas que outras tenham subido à classe superior. Supostas todas estas razões, só me resta pedir-vos a indulgência que merecem umas crianças que vão pela primeira vez falar ao público. (*O Mentor das Brasileiras*, 1º/07/1831)

Embora possa parecer, em primeira leitura, que Beatriz fosse apenas uma dama da alta sociedade pronta a repassar às menininhas de sua classe os afazeres tão peculiares ao sexo feminino, é necessário lembrar que tal postura era a única possível. As atitudes de vanguarda sempre delinearão a trajetória da escritora, e o momento em questão representava sua primeira vitória em relação à supremacia masculina apregoada pela sociedade de então: era chegada a hora de provar, publicamente, sua própria competência, e ainda deveria fazê-lo de forma a assegurar que sua escola, e, subliminarmente, a educação feminina, não representava nenhuma ameaça ao patriarcalismo⁴ vigente. Note-se, assim, o requinte de seu discurso, em que a educadora destaca, primeiramente, sua obediência, e de suas alunas, à Lei, e o respeito às instituições. Com a mesma destreza, ela afirma serem dóceis todas as educandas – deixando nas entrelinhas que não há entre elas o menor traço de rebeldia – e, ainda, que as tem ensinado, além das importantes doutrinas, que ela não especifica, diga-se, as tarefas próprias do “nosso” sexo, às quais, mais adiante, ela mesma, como que a desdenhar, classifica como “pueris entretenimentos”.

Em 1832, ao mesmo tempo em que dá entrada em seu pedido de divórcio, publica outra vez no *Parnaso Brasileiro* do Cônego Januário, agora os poemas *Cartas de Leandro a Hero* e *Cartas de Hero a Leandro*, traduzidos, por ela, do Francês, e dedicados à amiga e companheira de *Parnaso*, a poetisa Delfina Benigna. Surpreende, uma vez mais, a determinação da escritora, que, morando em casa do tio, enfrentando um divórcio, procedimento impensável para uma mulher daquela época, e administrando uma escola, ainda conseguia ler em francês, traduzir e compor textos poéticos.

Em 1838, enquanto se fundava no Rio de Janeiro o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao qual ela seria indicada posteriormente, o jornal *O Universal* (1º/06) comunicava à sociedade que Beatriz se tornara professora primária, em mais um notável avanço de sua carreira, mas logo essa mesma sociedade, que a acolhera

⁴ Apesar de, no Brasil, não ser possível reconhecer o predomínio de um modelo familiar único, cita-se o termo “patriarcalismo”, aqui, como nas ciências sociais, numa referência a uma sociedade em que o homem exercia o poder de liderança sobre a família, deixando à mulher, conseqüentemente, um papel inferior. Sabe-se, porém, que estudos sobre a mulher do oitocentos vêm demonstrando que a submissão feminina ao poder masculino não era absoluta, sobretudo dentre as camadas mais populares onde, na maioria das vezes, era à mulher que cabia a administração da casa, e, muitas vezes, também a financeira.

com todo o seu vanguardismo, se renderia definitivamente ao moralismo extremo.

A escola de Beatriz, que no momento do primeiro exame contava com vinte e sete alunas, manteve-se por alguns anos até que, em 1839, a professora venceu outra batalha: a de, sob a chancela da Lei e da Igreja, ter o direito de separar-se legalmente do marido que a caluniava e traía, e de quem já estava afastada há muito. Embora preconizasse momento ímpar na história das mulheres no Brasil, assim que publicada tal sentença Beatriz partiu para o Rio de Janeiro. Pelo visto, apesar de ter conquistado o respeito e o reconhecimento de seus pares na terra natal, parece que um divórcio, mesmo que avalizado pela Igreja, era modernidade demais para a rica vila mineira.

Beatriz enfrentou, então, uma viagem a cavalo para o Rio de Janeiro que, na época, durava aproximadamente quarenta dias. Acompanhando-a, provavelmente, pesados vestidos, montaria, seus versos manuscritos e a certeza de deixar para trás a sua terra, a sua gente e sessenta anos de uma existência repleta de êxitos conquistados por méritos próprios, mas resultantes também do fato de integrar ela uma família rica e bem relacionada, em uma cidade pequena, onde o sobrenome Brandão já assegurava certa tranquilidade. Era a viagem em direção ao desconhecido, era uma forma de resistir ao *status quo* e de, mesmo sexagenária, renascer.

No Rio, a autora trabalhou como preceptora de meninas em Niterói, mudando-se logo para a Corte, onde, ao que parece, já contava com alguns amigos, como Januário da Cunha Barbosa, que havia publicado poemas seus.

Em 25 de outubro de 1850, o historiador Joaquim Norberto de Sousa Silva propõe que a escritora seja aceita como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a comissão encarregada de avaliar tal proposta, composta pelos escritores Joaquim Manoel de Macedo e Gonçalves Dias, emite o seguinte parecer, lido na sessão de 05 de dezembro do mesmo ano:

A comissão encarregada de dar um parecer sobre a proposta, que apresenta, para ser admitida na classe dos membros honorários do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a Ilma. Sra. D. Beatriz Francisca de Assis Brandão, compreendendo também que muito se faz criar [sic] incentivos às nossas patricias, receosas de se dar ao cultivo das letras, muito aplaudiu o generoso pensamento dos ilustres signatários da proposta, e examinando maduramente os estatutos e neles não encontrando disposição alguma relativa à matéria da proposta, tendo em devida atenção o princípio de que a lei tolera pelo menos aquilo que não proíbe, com a mais viva satisfação declara, que não se pode legalmente disputar às senhoras o direito de fazer parte desta importante associação. Consequentemente,

a comissão seria de parecer que a proposta fosse pelo Instituto aprovada, se outras considerações não a movessem a julgar mais conveniente que, por ora, se não delibere a respeito de sua matéria.

Os ilustres proponentes recomendam o nome da Ilma. Sra. D. Beatriz Francisca de Assis Brandão como distinta poetisa brasileira: embora as composições de nossa respeitável patricia não tenha [sic] visto a luz da imprensa e aos signatários deste parecer não tenham cabido a honra de apreciar mais de uma, duas, de suas composições poéticas, suficiente é o testemunho dos ilustres proponentes, tanto mais que são eles juizes na matéria: no entanto entende a comissão que o Instituto deve basear seus juízos em provas públicas, quando outras não lhe forem especialmente oferecidas: admitindo-se porém que essas provas tenham já sido apresentadas, parecia à comissão mais concludente, que a distinta poetisa fosse recebida como ornamento de uma sociedade literária, cujos fins não estejam limitados à história e à geografia.

Respeitando muito, tendo em subido apreço os merecimentos da nossa distinta patricia, a comissão hesitaria ainda, e apesar das considerações expostas, em oferecer este parecer, se porventura não houvesse no Instituto a idéia da criação de uma Academia Brasileira para a ela remeter a proposta oferecida. (*Revista do IHGB*, 1892, p. 71)

A leitura da transcrição torna possível perceber a oposição que instituições de fomento intelectual faziam à ideia de aceitar, entre seus membros, pessoas do sexo feminino. Não se pode negar, entretanto, que os pareceristas explicitaram o fato de terem em “subido apreço” o merecimento da escritora.

Apesar da negativa do Instituto Histórico, Beatriz continuou escrevendo e, em 1856, publicou seu primeiro livro, *Cantos da Mocidade*, cujo lançamento foi anunciado em alguns jornais da época, como *O Guanabara* (fev. 1852), que primeiro ressalta o parentesco de Beatriz com Maria Dorotéia Joaquina de Seixas (que não era tia de Beatriz, como transcrição abaixo, mas prima) e, depois, faz com que os leitores se recordem de que já conheciam a obra da escritora. Por fim, esboça uma análise crítica dos escritos da autora.

Estão a sair à luz as poesias de D. Beatriz, sobrinha de Marília de Dirceu, e de que os nossos leitores já tiveram uma amostra, em confrontação com o Sr. Norberto.

A Sra. D. Beatriz pertence à escola itálica: foram sempre seus grandes modelos os poetas italianos, mormente Guarini e Metastásio.

Algumas de suas composições, que vimos manuscritas, têm o grande valor de revelarem a candura de sua alma num estilo fluente, e sem as escabrosidades e afetações de todos esses imitadores que vivem num monólogo sem fim, e enchem um livro com o monótono ‘eu’,

que, apesar de todos os artifícios de uma modéstia calculada não deixam de enfatizar o leitor.

O ‘eu’ é tolerável nos grandes poetas, porque nesses se colhe uma harmonia em cada gemido, um diamante em cada lágrima; e por que eles nos conduzem por trilhos variados, novos e circulos de melodias. (*O Guanabara*, Fev. 1852)

A escritora publicou também, entre 1852 e 1857, trinta e oito poemas no jornal *Marmota Fluminense*; em 1859, uma Saudação à D. Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Velasco, além de alguns outros textos que se perderam. Outros poemas e traduções da escritora, entretanto, foram publicados isoladamente, como as *Cartas de Leandro e Hero* (traduzidas do francês e publicadas em forma de livro em 1859) e *Catão*, drama de Metastásio, que ela traduziu do italiano e publicou em 1860. Tais obras talvez integrassem os volumes segundo e terceiro, acima mencionados. A última a ser publicada foi a saudação à estátua equestre de D. Pedro I, em 1862.

Além disso, destaquem-se, ainda alguns dos principais textos que fizeram alguma referência à Beatriz, dentre os quais o *Dicionário Bibliográfico*, de Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake (1883), primeiro deles; artigos de Augusto de Lima e Augusto de Lima Jr., os escritores que mais escreveram e pesquisaram sobre Beatriz, publicados nas décadas de 1920 e 1930, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*; *Mulheres ilustres do Brasil* (1889), de Inês Sabino, que relata fatos novos na história de Beatriz e que tem especial valor por ter sido escrito em época bem próxima a da morte de Beatriz. Há ainda publicações mais recentes que mencionam Beatriz, como os livros *A participação da mulher na história de Minas Gerais* (1986), de Maria Claret Barbosa; *História das mulheres no Brasil* (1997), organizado por Mary Del Priore e *Escritoras brasileiras do século XIX* (1999), organizado por Zahidé Lupinacci Muzart, em que se lê verbete sobre Beatriz assinado por Eliane Vasconcellos, pesquisadora que já escreveu diversos artigos sobre Beatriz e outras escritoras que lhe foram contemporâneas.

Beatriz Brandão deixou divulgadas, pois, cerca de quinhentas páginas de inspirada poesia, ainda hoje desconhecida. Desde 1910, é patrona da cadeira nº 38 da Academia Mineira de Letras – por indicação de seu parente Paulo Emílio da Silva Brandão, jurista, professor e escritor, filho do também escritor Tomás da Silva Brandão – embora a instituição tenha pouquíssimas informações sobre ela, e nenhum de seus escritos.

Não bastasse a inestimável contribuição de Beatriz Francisca de Assis Brandão para as Letras Brasileiras, cabe considerar que os oitenta e nove anos vividos pela poetisa dividiram-se entre dois séculos, o XVIII e o XIX, e que ela participou intensamente da vida social, cultural

e política de Ouro Preto e do Brasil neste período, o que faz de sua biografia também extraordinário material para a história da formação da sociedade brasileira.

Referências

1. De Beatriz Brandão

Angélica e Medoro (ópera traduzida).

As comendas. Rio de Janeiro, [s.d.]. Poesia.

Carta de Leandro a Hero, traduzido do francês, e dedicada à Senhora D. Delfina Benigna da Cunha, e Carta de Hero a Leandro. In: BARBOSA, Januário da Cunha. *Parnaso brasileiro ou collecção das melhores poesias dos poetas do Brasil, tanto inéditas, como já impressas*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1832. v. 2, cad. 7, p. 7-28.

Cartas de Leandro e Hero. Extrahidas de uma traducção franceza. 2. ed. Rio de Janeiro: Typ. de B. X. P. de Sousa, 1859.

Cantata aos anos da imperatriz Leopoldina.

Cantos da mocidade. Rio de Janeiro: Emp. Typ. Dous de Dezembro, 1856, v.1.

Catão. Drama trágico pelo abade Pedro Metastasio, traduzido do italiano. Rio de Janeiro: Typ. B. X. P. de Sousa, 1860.

Diana e Endimião (ópera traduzida).

Drama à coroação de D. Pedro I, posto em música, cantado no teatro.

Drama ao nascimento de D. Pedro II, posto em música, cantado no teatro (não foi impresso).

José no Egito (ópera traduzida).

Lágrimas do Brasil. Poesia em versos hendecassílabos, no mausoléu levantado à memória da excelsa rainha de Portugal, dona Estefânia. Rio de Janeiro: [s.n.], 1860.

Poesias. In: BARBOSA, Januário da Cunha. *Parnaso brasileiro ou collecção das melhores poesias dos poetas do Brasil, tanto inéditas, como já impressas*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1831, v. 2, cad. 5º, p. 27-38.

Romances imitados de Gessner. Rio de Janeiro: Typ. B. X. P. de Sousa, [s.d.]. Poesia. 32 p.

Saudação à estátua equestre de S.M.I. o senhor D. Pedro I, fundador do império do Brasil. Rio de Janeiro: Typ. Paula Brito, 1862.

“Saudação à Ilma, e Exma. Sra. Dona Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Vellasco”. Poesia em versos hendecassílabos. In: VELLASCO, Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e. *Algumas traduções das línguas francesa, italiana e inglesa*. Rio de Janeiro: B.X.P. de Sousa, 1859.

Semíramis reconhecida (ópera traduzida).

Sonho de Cipião (ópera traduzida).

Poesias. In: *Marmota Fluminense*; jornal de modas e variedades. Rio de Janeiro: Editora e Typografia de Paula Brito, de maio de 1852 a junho de 1857, n. 258 a 860.

Esparsos. In: *O Mentor das Brasileiras*. São João Del Rey, n. 15, 12/03/1830.

2. Geral

A MARMOTA NA CORTE. Rio de Janeiro: Typografia de Paula Brito, set. 1849/abr. 1852. (n. 1-257).

A MARMOTA. Rio de Janeiro: Typografia de Paula Brito, jan./abr. 1864. (n. 3-15).

A MARMOTA. Folha Popular. Rio de Janeiro: Typografia de Paula Brito, jan./abr. 1864. (n. 3-15).

A MARMOTA. Folha Popular. Rio de Janeiro: Typografia de Paula Brito, jul. 1857/dez. 1861. (n. 861-1328).

ABELHA DO ITACULUMY, 24 jan. 1825. (Atualizado, no texto, para Abelha do Itacolomi)

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1883. v. 1, p. 387-388.

CELSO, Afonso. Prima de Marília. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: IHGB, v. 158, p. 870-873, 1928.

DUARTE, Constância Lima et al. (Org.). *Gênero e representação: teoria, história e crítica*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

DUARTE, Constância Lima. Apontamentos para uma história da educação feminina no Brasil – século XIX. In: DUARTE, Constância Lima et al. (Org.). *Gênero e representação: teoria, história e crítica*. Belo Horizonte: Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, UFMG, 2002.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura: discurso e história. In: *Revista O Eixo e a Roda*, Belo Horizonte: Editora UFMG, v. 9/10, 2003/2004.

DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta Brasileira Augusta. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

Inventário. Ano 1811. Inventariado: Francisco Sanches Brandão. Cód. 142, Auto 1786, 1º ofício (Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Casa do Pilar, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil).

LIMA JR., Augusto de. Beatriz Francisca de Assis Brandão, musa da Independência, vida gloriosa e trágica. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Vol.VIII. Belo Horizonte: IHGMG, 1961. p. 63-73.

LIMA JR., Augusto de. Beatriz Francisca de Assis Brandão. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 14, p. 425-428, 1909.

LIMA JR., Augusto de. D. Beatriz Francisca de Assis Brandão. *Revista da Academia Mineira de Letras*. Belo Horizonte, v. 3, p. 311, 1929.

LIMA, Augusto de. D. Beatriz Francisca de Assis Brandão. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1810.

LIMA, Mário de (Org.). *Coletânea de autores mineiros*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. v. 1. p. 310.

LÔBO, Yolanda; FARIA, Lia (Org.). *Vozes femininas do Império e da República*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008.

MACHADO, Abílio. História da imprensa mineira. *O Jornal* (ed. especial), Rio de Janeiro, jun. 1929.

MARMOTA FLUMINENSE. *Jornal de Modas e Variedades*. Rio de Janeiro: Typ. de Paula Brito, jul. 1857/dez. 1861. (n. 861 a 1328).

MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. p. 127.

MORAIS, Christiani; CALSAVARA, Eliane de L.; SILVA, Gisele Elaine da. Leituras ‘corretas’ para mulheres ‘ideais’: Educação moral do ‘bello sexo’ para instrução da família e formação da Pátria no século XIX. In: *WWW. Caminhos do romance.iel.unicamp.br/estudos/abralic/leituras_corretas*. Acesso 13/01/2009.

MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres, 1999.

O GUANABARA. Rio de Janeiro: Tip. Guanabarenses de L.A.F. De Menezes (1850-1851; 1854-1855).

O MENTOR DAS BRASILEIRAS. São João del Rey: Tip. Astro de Minas, 1829-1832.

O UNIVERSAL, 18/01/1829; 07/07/1830;18/05/1832; 11/06/1836; 16/12/1836.

OLIVEIRA, Américo Lopes de; VIANA, Mário Gonçalves. *Dicionário mundial de mulheres notáveis*. Porto: Lello, 1967. p. 176.

PEIXOTO, Afrânio. Panorama da literatura brasileira. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1940. p. 287.

PRIORE, Mary del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

PRIORE, Mary del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

PRIORE, Mary del. *Mulheres no Brasil colonial*. São Paulo: Contexto, 2000.

PROENÇAFILHO, Domicio. (Org.). *A poesia dos inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, v. 13, p. 520-521, p. 530-531, 1850.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, 1892. p. 71.

REZENDE E SILVA, Arthur Vieira de. *Genealogia mineira*. [s/l.: s/n], 1938.

REZENDE, Arthur. *Genealogia Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1938. v. 2. p. 18-36.

RIBEIRO, Wagner. *Antologia luso-brasileira*. São Paulo: Coleção FTD, 1964. p. 27-28.

RÖBEN de A.; XAVIER, W. Beatriz Francisca de Assis Brandão: Iluminismo suíço e poesia. In: *Encontro Interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado em Letras Brasileiras da Universidade Federal do Ceará*. Fortaleza: Mestrado em Letras: UFC. 2006. v. 1.

SABINO, D. Ignez. *Mulheres illustres do Brasil*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1996. Ed. fac-similar. p. 107-111.

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico. (Org.). *Dicionário de mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 99.

SILVA, Domingos Carvalho da. *Vozes femininas da poesia brasileira*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1959. p. 8-9.

SILVA, Inocêncio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867. Tomo 8, p. 367.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. D. Beatriz de Assis. Mais algumas páginas para as brasileiras célebres. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 55, II, p. 57-78, 1893.

SILVA, Wlamir. 'Amáveis patricias': O Mentor das Brasileiras e a construção da identidade da mulher liberal na província de Minas Gerais (1829-1832). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 1-13, jan./jun. 2008.

SOUSA SILVA, Joaquim Norberto de. *Brasileiras célebres*. Brasília: Senado Federal, 1997. Ed. fac-similar.

SOUZA, J. Norberto de. D. Beatriz de Assis: mais algumas páginas para as brasileiras célebres. *Revista Trimensal do Instituto Histórico*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1868. p. 59-78.

TRINDADE, Cônego Raimundo (Org.). D. Beatriz Francisca de Assis Brandão. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XIV, p. 425-428, 1909.

VASCONCELLOS, Eliane. Beatriz Francisca de Assis Brandão. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

VELHO SOBRINHO, J. F. *Dicionário bio-bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940. v. 2. p. 195-196.

ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

ZILBERMAN, Regina. Leitoras de carne e osso: a mulher e as condições de leitura no Brasil do século XIX. In: *Revista de Estudos Literários*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 31-47, out. 1993.

Recebido: 05 março de 2010

Aprovado: 15 abril de 2010